

A ORDEM DO DISCURSO: MECANISMOS DE COERÇÃO E CONTROLE DO DISCURSO

Marcos Moisés Crisóstomo de Oliveira*

RESUMO: *O presente artigo apresenta uma análise, a partir da leitura do livro A Ordem do Discurso de Michel Foucault, dos mecanismos de coerção dos discursos, tentando mostrar como na sociedade ocidental o conhecimento é controlado. Assim, buscar-se-á entender como é feita a economia do que pode e do que não pode ser dito, ou seja, o que se pretende é responder como é regulamentado, na estrutura do saber das sociedades, o acesso ao conhecimento.*

Palavras-chave: Discurso; Controle; Poder

INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretende fazer uma análise, à luz da teoria foucaultiana, acerca dos mecanismos de coerção dos discursos, buscando demonstrar como na sociedade ocidental o conhecimento é controlado. Assim, um dos interesses será entender como é feita a economia do que pode e do que não pode ser dito, ou seja, o que se pretende é responder como é regulamentado, na estrutura do saber das sociedades, o acesso ao conhecimento.

Tal intenção de levantar esse debate se justifica, pois esse trabalho se circunscreve no âmbito das disciplinas de leitura que se ocupam da análise discursiva. Ora, esse é exatamente o território das humanidades que se propõem abrir caminhos que democratizem o acesso ao conhecimento. Desse modo, é importante para esse âmbito da Educação conhecer os limites que são dados ao sentido, já que esses se configuram como seus reais adversários na sua luta contra a exclusão e contra o estigma althusseriano de ser um aparelho ideológico de estado.

O objetivo, portanto, dessa discussão é trazer ao debate uma reflexão, “que do âmbito do paradoxo procure deslocar sempre o dito, mas ao qual não escapará nunca, pois sempre pretende dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e também repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (Foucault, 1997). É importante que tal ato seja praticado, já que, além desse indispensável papel, outro solidário a esse vem se juntar para o bem da ciência, bem como do conhecimento humano que é o fato de que, com isso, se promoverá à construção de novos discursos.

Na primeira parte, o texto fará um passeio pelos conceitos discutidos por Foucault na Ordem do Discurso, buscando aprofundar a reflexão sobre o discurso como lugar do poder e do desejo, para onde convergem limitações e coerções.

Na segunda parte do texto, tentar-se-á contar uma história do pensamento ocidental buscando demonstrar como a humanidade tem concebido o discurso como objeto de poder e desejo. O que se pretende é mostrar como é evidente na saga humana pelo conhecimento uma atitude de afirmação do “seu” e de negação do “outro”, fazendo da ordem do discurso um campo de batalha de onde se sobressaem imagens inexoráveis como a de um prédio em construção e, posteriormente, em demolição.

* Mestrando em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professor da Fundação Visconde de Cairu.

1. O DISCURSO COMO OBJETO

O que foi exposto até agora aponta para um fato importante presente na fala de Foucault a de que o discurso é objeto de desejo e poder e, para tanto, sobre ele e por ele é travada uma batalha. Por isso, este pensador estabelece três grupos de fatores de controle do discurso. Um primeiro que se refere a condições históricas: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de saber; outro que aponta para fatores internos do discurso: o comentário, o autor e a disciplina e um terceiro que demonstra as condições de seu funcionamento que determinam a distribuição do saber. Passe-se então a analisar o que se entende como condições históricas.

Sobre a palavra proibida é fato que nessa sociedade, ora estudada, procedimentos de exclusão fazem parte da ordem do dia. Qualquer bom observador está apto a perceber como familiar, por exemplo, a interdição, pois é evidente que não se tem o direito de dizer tudo. A fala sofre sempre a coerção do tabu do objeto (não é possível falar de tudo), do ritual da circunstância e também do direito privilegiado, ou exclusivo de quem fala. É na confluência desses três tipos de interdições que se dá o discurso. Uma espécie de grade complexa que, de tempo em tempo ganha novas versões e que, no mundo atual, apresenta-se muito mais rigorosa na sua relação com a sexualidade e a política.

Entende-se que o discurso não é um elemento transparente ou neutro onde a sexualidade e a política se apresentam de forma pacífica, antes ele é a matéria em que se faz ver as faces mais temíveis desses dois elementos da vida, isso porque, embora o discurso seja, na maioria das vezes, visto como algo inofensivo, as interdições que sobre ele se movem tornam visível a ligação deste com o desejo e o poder. A conclusão a que se chega neste ponto é que mais do que somente representar a forma de manifestação do desejo e do poder, o discurso em verdade é também objeto de desejo e de poder. Isso deixa claro porque em todos os tempos sempre houve alguém querendo batizá-lo sob o signo de “é meu”. Em um dado momento da história, foi a igreja; num outro momento, foi a ciência. Dessa forma, a interdição soube criar e defender seu etnocentrismo, excluindo os chamados hereges, selvagens, pagãos, loucos.

A alta idade média buscou se apropriar do discurso, excluindo o Outro a partir de uma separação que estabeleceu a loucura. Isso quer dizer que o binômio Razão/loucura foi o princípio que criou a margem entre o autorizado e o desconsiderado e ineficiente. Assim, manteve-se o discurso sob controle. Já o século XIX aceitou ouvir em suas clínicas a voz da loucura, mas deu-lhe um institucional silêncio em alerta que nada mais era que outra versão da exclusão já referida.

Ainda se pode falar de uma terceira forma de exclusão que é a que estabelece os conceitos de verdadeiro e falso. Em princípio, as considerações acerca dessas instâncias do discurso se fazia mediante o conhecimento daquele que produzia e do que surgia dessa produção. Nessa época o que importava era justamente a enunciação, porém, com o tempo, o que se viu foi o deslocamento da enunciação para o enunciado. Agora, não importava mais o que era o discurso, ou o que ele fazia ou ainda quem o dizia. O foco passava a ser o “que” o discurso dizia.

Essas mudanças são sintomáticas no sentido de que revelam a medida da vontade de saber de cada tempo. Se, nos séculos anteriores ao XIX, essa vontade estava vinculada a uma noção de autoridade; neste século, o que se viu foi algo que, de certa forma, já havia surgido na Inglaterra do quinhentismo que era uma vontade de saber que fixava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis. De modo que o sujeito cognoscente é obrigado a, antes mesmo de qualquer experiência, ter certo um olhar conforme, ao lado de uma posição e uma função igualmente conformes. Essa era uma vontade de saber que antes de tudo prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Assim, a vontade de verdade neste momento passa a parecer ser historicamente independente. Também,

note-se que ela vive de um amplo suporte institucional que se justifica através de fazeres pedagógicos, dos sistemas dos livros, bem como das bibliotecas, das antigas sociedades de sábios e dos atuais laboratórios. Ressalte-se nesse ponto que também há legitimação dessas vontades de verdades no modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado e distribuído, repartido e também atribuído.

Em a Ordem do discurso, Foucault vai alertar para o fato de que, dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida e a segregação da loucura já há séculos vêm se tornando instrumento do terceiro, a vontade de verdade, sendo manipuladas e reformuladas por este. E mais, o autor ressalta ainda que a tendência dessa derradeira forma é a de dissimular nas verdades que ela quer, fazendo que somente salte aos olhos uma verdade que significa riqueza, fecundidade, força doce, detentora de universalidade. De modo que o corrente será uma atitude de ignorância ante a maquinaria destinada a excluir todos aqueles que tentarem recolocá-la em questão contra a verdade, num lugar onde esta assume a função de justificar a interdição e definir a loucura.

Acerca das questões internas de coerção do discurso, três fatores parecem clamar por análise que são o comentário, o autor e a disciplina.

O comentário revela uma força de coesão interna que pressupõe uma hierarquia textual. De modo que alguns discursos aparecem no topo como os autorizados e estes são passíveis de comentários que se formam a partir de um jogo de polissemias e paráfrases. Sendo que as polissemias atuam como um debordamento prestes a revelar o conteúdo patente nos silêncios desses textos primeiros que devem ser sempre controlados pela força parafrástica que impede que esta fala segunda se distancie, evitando uma desautorização do que é dito. Trata-se aí de verificar um movimento de tradição e ruptura de modo que uma controla a outra. A tradição cria a base e dá os limites para a ruptura ao passo que esta formula a abertura para o novo que não surge do nada, antes é uma recuperação do que já estava em volta. Desse modo, vislumbra-se uma espécie de rede inconsútil, um cárcere que denuncia que toda a crítica soa vazia, porque o próprio crítico está dentro da máquina panóptica, investido de seus efeitos de poder, poder que ele confere a ele mesmo uma vez que é parte desse mecanismo.

O autor é outro princípio de coerção interna do texto apontado por Foucault. Claro, evidentemente, que nesse caso não se trata do sujeito empírico, antes o que se discute é que esta entidade estabelece o lugar de onde parte o discurso que por sua vez constitui o recorte que aponta para uma determinada formação discursiva. É na identidade deste “eu” que promove o surgimento do texto que se estabelece o que foi construído e o que se manteve no silêncio.

Também a disciplina é apontada como um princípio limitador. Ela se opõe ao autor, pois nela se prevê um domínio de objetos construídos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos que constituem uma espécie de sistema anônimo a disposição de qualquer um que queira dispor deles. Ela, por sua vez, também se opõe ao comentário, pois, enquanto este vai em busca do que há para ser redescoberto ou repetido, ou seja, enquanto este clama pelo jogo das polissemias e paráfrase; ela estabelece a possibilidade de formulação de proposições novas. Entretanto, ela não vai prever que tudo é cabível. Dentro dela, uma verdade só terá validade se coligada aos pressupostos teóricos vigentes na atualidade de seu escopo. Assim, a coerção se dá na medida em que a validade do discurso só é possível se filiada ao “verdadeiro” da disciplina. É tão sério isso que uma matéria, antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, tem que necessariamente estar dentro dos limites dos conceitos da disciplina; caso contrário, assume uma monstruosidade que não tem existência em outro lugar senão fora dela. Desse modo, dentro da disciplina, o discurso sofre coerções, pois ela fixa as margens a partir de um jogo de identidades que estabelece uma reatualização permanente de regras.

É comum apontar a fecundidade de um autor, como também são recorrentes considerações sobre a multiplicidade dos comentários ou o caráter de infinitude legado pela disciplina na criação de discursos. Entretanto, a função restritiva e coercitiva desses fatores é a condição para explicar o seu caráter positivo e multiplicador.

E o último grupo de conceitos se refere a coerções ligadas à distribuição do saber. Embora muito se divulgue que a sociedade moderna ocupa-se em garantir acesso democrático ao conhecimento a todos através da escola, ou dos meios de comunicação de massa, é evidente a existência de uma infinidade de mecanismos de exclusão que determinam quem pode e quem não pode ser detentor de conhecimentos específicos. Foucault fala de sociedades de discursos que ideologicamente divulgam um conhecimento que, na verdade, não é apreensível a todos devido a conhecimentos técnicos que não são igualmente distribuídos. Acontece que a informação, nesse caso, paira sobre todos, mas nem todos têm instrumental para desfrutá-la. Desse modo, o que se tem é uma exclusão dissimulada no mito da divulgação populista. Nisso se percebe que todo sistema de educação, embora divulgue que nele todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é na verdade uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos dentro das linhas que estão marcadas pela distância pela oposição e lutas sociais. Ou seja, tais canais não passam de aparelhos ideológicos de Estado¹. Isso tudo fica bem claro quando se observa que a configuração de discurso como o judiciário, o médico, o literário até mesmo o digital prevêem em sua complexidade a exclusão de uma fatia considerável da população.

2. DO MITO À RAZÃO – SÍNTESE DA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO

A história do conhecimento ocidental, como toda história humana, tem se estabelecido nos limites de uma luta pelo poder. Nesse âmbito, o que se vê na história dessa metafísica é como os detentores do poder, os dominantes, ao longo dos tempos buscaram e buscaram o controle do saber. Como estes, dentro dos mecanismos discutidos por Foucault, dissimularam as formas de ver a verdade, criando um aparato ideológico que sempre prometeu e garantiu “o caminho certo”, legando aos dominados, apesar da resistência destes, a exclusão e a coerção.

Uma viagem aos primórdios do pensamento ocidental vai flagrar o momento em que o mundo conhecido era apreendido a partir de histórias simbólicas que se convencionou chamar de mito. Precisamente, num período ainda anterior às intervenções da filosofia socrática, o homem se utilizava da mitologia como forma de chegar à verdade. E isso era uma prática que não se restringia somente ao mundo grego, era justamente a maneira corrente de ciência evocada pelos mais diversos povos dessa antiguidade, indo dos egípcios politeístas aos hebreus monoteístas.

A chegada de Sócrates e a prática do seu método denominado de maiêutica puseram em cheque a narrativa mitológica. Esse filósofo costumava passar horas na feira a questionar as pessoas de modo a flagrar a incoerência dessas narrativas de conhecimento do mundo. Nascia, em irmandade com a ironia, que era o distanciamento que denuncia a contradição, as bases de um pensamento lógico racional. Isso porque o flagrante das “incoerências” existentes no discurso mítico criava a demanda para um novo pensamento que se propusesse entender o mundo despido de tais “incoerências”.

Sabe-se que Sócrates morreu sem registrar qualquer linha desse seu ainda inusitado fazer teórico. Entretanto, ele legou sua experiência à posteridade pelas mãos de seus discípulos e, também, dos discípulos dos seus discípulos. Assim, veremos, num período posterior, Platão

¹ Essas considerações de Foucault, embora suas concepções se distanciem bastante das de Althusser, num determinado nível, podem servir para aprofundar o conceito de aparelho ideológico.

divulgar as suas idéias e, já de saída, no livro *A República*, em uma espécie de continuação do que foi de certa forma fundado por seu mestre, declarar que, para a posição de governante de um Estado, ao exemplo da cidade de Atlântida, deveriam ser excluídos os poetas e artistas, dando lugar exclusivo aos pensadores racionais, pois somente a razão era capaz de fixar os limites da ordem, possibilitando assim as condições do progresso. Firmava-se, desta maneira, a centralização ocidental no racional, dando com isso a todo tipo de pensamento ou discurso que não oriundo do âmbito da razão, o status de irracional, que em pouco se distinguia do doentio, parvo, portanto, dispensável.

Mais adiante, o discípulo do discípulo de Sócrates, Aristóteles, vai propor todo um compêndio que fixará de uma vez as bases da metafísica ocidental. Na formulação do “Que” do pensamento lógico proposta por Aristóteles figurará uma importante distinção do signo lingüístico. Esse filósofo grego nas suas apreciações declarará para a palavra duas formas de fazer sentido: O próprio, inteiramente ligado ao real do sentido e o figurado, a instância polissêmica, portanto de representação do real. O primeiro sentido tornou-se objeto da ciência, fazendo desta a matéria do real e do verdadeiro, dando a ela, portanto, a importância circuncêntrica do pensamento racional; ao passo que, do segundo uso da palavra, fez-se a prática das artes e de todo o conjunto dos elementos periféricos que, desprovidos de importância, foram relegados à condição de “Outros” discursos, diferentes, sem ordem, portanto, menores.

Assim, estabeleceu-se chamar a tudo que se adequava ao escopo da lógica aristotélica de pensamento racional, restando ao, diga-se, “inadequado”, a denominação de paixão. De um lado, a razão; do outro, a paixão, palavra que vem do grego “pathos” a mesma que veio a formar o termo patologia, ou o estudo das doenças. Assim, estava de uma vez fixado que tudo que fugia ao racional era passional, ou seja, doentio.

Nascia assim a imagem metafórica do prédio da metafísica ocidental, que embora, de certo modo, tenha ficado em estado de latência no período dos mil anos da idade média, ressurgiu no século XV com tudo o que se convencionou chamar de modernidade. Tal construção estava na base da forma de conhecer do renascimento, do Iluminismo, e esteve até nas atitudes da igreja, como, por exemplo, na interdição das descobertas de Galileu em que esta instituição ousou violentar as conclusões do cientista apoiadas nos ditos de Aristóteles sobre as matérias do mundo, ignorando aquilo que a sua própria Bíblia em muito concordava com o astrônomo.

No século XIX, o Positivismo de Comte amplia a importância do racionalismo, dizendo ser somente válido, ou melhor, positivo, o pensamento que contém em si bases racionalistas, científicas. Assim, em busca da ordem e do progresso, o mundo ocidental se venderá, como um Fausto, à idéia de que a razão é o remédio para o descontrole social. Só através dela o homem conquistará o controle histórico, não ficando à revelia dos tempos. Também conquistará o poder sobre os atos da individualidade humana, principalmente, no que tange ao uso controlado da linguagem através da prática racional. Racionalmente, o homem mantém o controle sobre o seu falar e agir. Racionalmente o homem pode mais. Assim, este será o século que o homem viverá a famosa utopia da razão. Para este já citado Fausto, a ordem do pensamento fundado nas “conversas” de Sócrates, será a porção mágica que lhe dará o controle do real em sua totalidade.

3. A DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO

Tal como o Fausto de Goethe, o homem moderno viu a confiança no controle dado a ele pela razão se desdobrar em um descontrole incomensurável. E assim, o gigantismo de sua ambição fê-lo ver o quanto havia passado dos limites e o quanto era necessário retroceder, pois

via agora a sua vida em um turbilhão em que, como nas palavras de Marx, tudo que era sólido se desmanchava no ar.

O século XIX, portanto, será também o palco da demolição desse prédio. Nele, apresentar-se-ão célebres atores que, a partir de âmbitos e vieses diferentes, vão criar bases teóricas para a refutação das teorias metafísicas prementes até o momento.

Marx surgirá mostrando ser a razão impotente ante a marcha da história. Embora este pensador conceba o sujeito como fundante da sua história, capaz de promover revoluções e mudanças na sociedade, ele entende também que o homem e a sociedade não detêm o que se poderia chamar de “Script” da história. É como se existisse um “querer viver” bastante influente e genuinamente fundante que se distingue e não resiste à marcha do viver que para alguns intérpretes deste pensador chega a ser determinante.

Se é determinante ou não a marcha da história ante o “querer viver”, o fato é que tal posição teórica começa por desautorizar aquilo que poderia ser a utopia da razão. Isso porque passa a tirar o status de remédio das dificuldades do mundo e de elixir do progresso que até então era atribuído à razão.

Outro nome da demolição foi Freud que, contrariando o cartesianismo do “Penso, logo existo”, afirmou, firmando a inclusão do inconsciente, portanto do irracional, “eu existo, onde não penso”. Foi este criador da Psicanálise que contribuiu para mostrar que a razão tinha seu poder restrito ao “querer dizer”, mas que muito pouco poderia fazer diante do dizer que acima de tudo revelava um sujeito clivado, oriundo de discursos Outros e profundos depositados no inconsciente. Assim, Freud levará o mundo a entender que o homem não pode ter controle, pois, como sujeito, ele é, de certa forma, assujeitado, como falante, ele depende de uma ordem do discurso. Dessa forma, o sujeito fundante não passará de uma espécie de gerente da palavra, já que a palavra da língua é sempre semi-alheia só podendo existir no interstício de dois indivíduos socialmente determinados, ou melhor, só poderá ocorrer dentro do jogo do social, não podendo de forma alguma se sobrepor às regras desse jogo.

Os estudos antropológicos de Levi-Strauss darão prosseguimento a conhecida implosão. Através da pesquisa dos mitos de povos autóctones dos trópicos, ele provará ao mundo que o mito é uma forma de ciência que detém em si uma complexidade digna de respeito que, muitas vezes, é até capaz de melhor explicar o mundo que o próprio cientificismo arrogante e cheio de lacunas. Assim, ficava claro que o pensamento racional era, não “a” forma de conhecimento de mundo, mas apenas “uma” das formas. Além do mais, tais caminhos abertos por Levi-Strauss faziam o mundo entender que os “outros” tipos de pensamento eram diferentes, não inferiores. Abria-se assim o espaço para o dizer daquele que até então tinham sua voz interdita por uma ordem autoritária e exclusora.

Finalizando e pondo inteiramente ao chão o prédio da metafísica ocidental, aparece Nietzsche que traz as primeiras passadas da moderna filosofia quando demonstra que para o ser humano não existe um sentido real em se tratando de linguagem. Ele vai mostrar que tanto o conotativo, quanto o denotativo não passam de representações da realidade, já que o homem só entra em contato com esta se mediado pela linguagem. Assim, o signo nunca será o real, pois este nunca será apreendido em sua totalidade, sendo somente apreensível parcialmente na linguagem.

Nas palavras de Nietzsche, ficavam para trás a prepotência moderna de haver descoberto o caminho para o controle do real, para a apreensão da totalidade do fato. O filósofo alemão flagrou a ilusão da modernidade, mostrando que ao homem restava apenas o poder não de conhecer a verdade em seu todo, mas de tê-la sempre em partes, sempre norteadas por vieses incompletos.

Juntando essas quatro novas concepções, a modernidade entenderá que não existe fato, somente história, ou melhor, que para o homem não há verdade e sim somente interpretações, ou

seja, toda ciência, toda arte, toda crença formam o conjunto universo das representações humanas, não podendo nenhuma delas deter o status de centro, relegando às outras a condição de periferia.

Esse momento do limiar do século XX será o primeiro da modernidade que vai assistir a um mundo onde tudo que é sólido se desmanchará no ar. Isso porque se os séculos XVI, XVII e XVIII viram a verdade se cristalizar mediante a autorização da Igreja e o século XIX soube ver a ciência condensando o real, o século XX não apresentará nenhuma autoridade solidificante, ficando todo o dito passível de desconfiança.

4. CONCLUSÃO

Em toda época, como agora, há interdições ligadas às condições históricas, a fatores internos e à distribuição do discurso. Tais facetas estão sempre buscando se dissimular, pois esta será a forma de elas se garantirem como ordenadoras do processo. Esta será a maneira como o poder “colorirá” a realidade mascarando seus instrumentos e aparelhos de controle. Dessa forma, restará ao profissional da Educação se ocupar do estudo e do desvelamento de tais aparatos coercitivos e controladores que de certa forma são instrumentos ideológicos e ideologizantes, a fim de conseguir com isso derrubar as barreiras da exclusão humana.

5. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelho Ideológico de Estado: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAKHTIN, M. (Voloshinov) (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio D'água, 1997.

BERMAM, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: companhia da Letras, 1986.